



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

**PROJETO DE LEI Nº 59**, DE

DE

DE 2019

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 02 / 04 / 2019

*Hilson Trava*

1º Secretário

Altera o § 2º do art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º, do art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100. ....

II - ....

§ 2º A cessão ou disposição de servidores públicos do Poder Executivo compete privativamente ao Governador do Estado e será com ônus remuneratório para o órgão ou entidade cedente ou da forma convencionada entre as partes que compõem o Orçamento Geral do Estado, exceto para a União ou órgãos e entidades dos demais Estados e Municípios da Federação cujo o ônus caberá ao órgão cessionário”. (NR)

Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2019.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 02 de abril de 2019.

*[Assinaturas e rubricas]*  
(Dep. Oliveira Neto)  
(Dep. Theresiolas Filho)  
(Dep. Theresia Brito)  
(Dep. Paulo Roberto)  
(Dep. Kauê Silva)  
(Dep. Carmel Carlos Augusto)  
(Dep. João Mártins r.)



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa aperfeiçoar a Lei Complementar 13/94 para, especificamente, tornar a redação do texto mais clara no que dispõe sobre a cessão/disposição de servidores públicos entre os Poderes na esfera estadual.

Portanto, entendemos que se faz necessário essa alteração, tendo em vista a supremacia do interesse público e a necessidade constante do compartilhamento das atividades dos servidores entre os Poderes na esfera estadual, atendendo, dessa forma, o desenvolvimento de suas atividades meios e fins, com o propósito exclusivo de cooperação e exercício funcional integrado das atividades administrativas.

Ademais, cumpre salientar que esses recursos provém da mesma fonte, não gerando assim despesas extras ao erário público.

Várias assinaturas manuscritas em tinta azul, algumas com circulações ou rubricas, localizadas na parte inferior da página.